

RECENSÃO: PACHECO, André - *Arquivos digitais: metadados e autenticidade*. Lisboa: Edições Colibri; Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2022. (Coleção Ciência da Informação; 16). ISBN 978-989-566-203-6

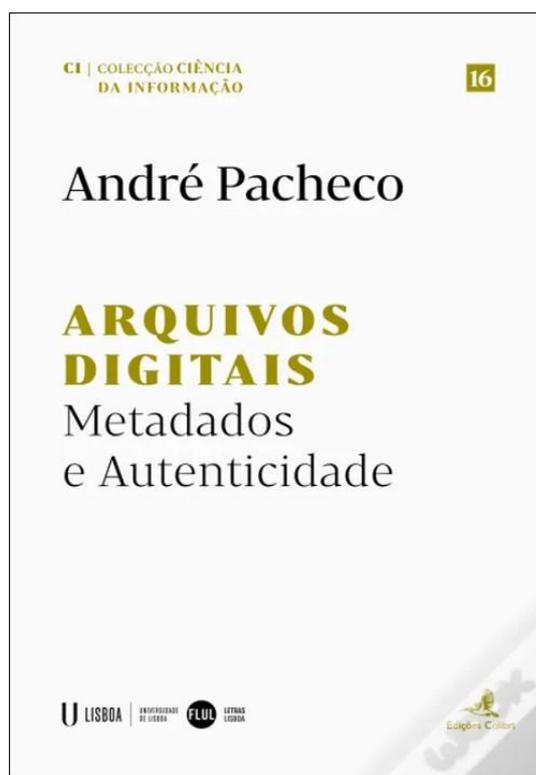
REVIEW: PACHECO, André - *Arquivos digitais: metadados e autenticidade*. Lisboa: Edições Colibri; Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2022. (Coleção Ciência da Informação; 16). ISBN 978-989-566-203-6

Armando Malheiro da Silva

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag18d1>

Na contracapa deste livro, que resulta de uma tese de doutoramento defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, somos recebidos por um texto subscrito por Maria Cristina Vieira de Freitas e Carlos Guardado da Silva, do qual importa destacar desde já o seguinte extrato: “É a informação de contexto, na verdade, que garante a presunção de autenticidade da informação, transformando o vínculo arquivístico em vínculo informacional (termo cunhado por André Pacheco), pondo em evidência, através da representação da informação, o seu papel para a garantia de que a informação descrita é, de facto, o que a descrição diz ser. O contexto é a categoria que importa evidenciar, como sempre importou aos arquivistas, e que justifica a designação da mais recente norma produzida pelo Conselho Internacional de Arquivos, *Records in Context (RiC)*. Assim se explica tanto a necessidade quanto a urgência da definição de metadados para a presunção de autenticidade da informação arquivística”. São palavras que enfatizam um ponto central da pesquisa levada a cabo pelo Autor e que tem de merecer a atenção do leitor, seja ou não especializado.

Sobre o contexto e a sua importância nos serviços de custódia criados na Modernidade – os Arquivos Públicos – ou no *locus* de produção documental, seja ele qual for, mais adiante se dará o enfoque necessário. Porém, é conveniente começar pelo princípio, ou seja, pela



capa do livro em pauta e notar que o título *Arquivos Digitais* traz consigo a ambiguidade que o termo arquivo passou a ter desde o momento em que foi sendo dicionarizado como tendo, pelo menos, três sentidos: a instituição ou serviço público (criado e gerido pelo Estado moderno), que incorpora a documentação proveniente de entidades extintas ou não criadas em épocas anteriores; o edifício e a sua disposição interna para custodiar documentação incorporada; e o conjunto de documentos produzidos por uma qualquer entidade no decurso da sua atividade, denominado também de ‘fundo’. O subtítulo é mais preciso: metadados e autenticidade. Dois conceitos em que o primeiro é tratado com rigor e exaustividade no capítulo 1, *Metadados e Arquivo*, sendo, porém, omissa a clarificação a respeito do termo arquivo. E sendo o Autor omissa, temos de inferir que a informação arquivística e a descrição dos documentos de arquivo têm a ver com a informação produzida digitalmente e custodiada por Arquivos Públicos, porque é destes que trata e sempre tratou o Conselho Internacional de Arquivos, criado, no âmbito da UNESCO e no pós-Segunda Guerra Mundial e controlado pelos Diretores dos Arquivos Nacionais – produto claro do paradigma custodial, historicista, patrimonialista e tecnicista.

Depois desse primeiro capítulo sobre metadados, segue-se um capítulo sobre a representação da informação, onde fica, claro, de que arquivos o Autor trata – os “lugares de memória” (Pierre Nora) surgidos a partir da criação dos Archives Nationales pós-1789 em França. É uma clarificação importante, porque permite perceber que a primeira preocupação do Autor é pôr em foco a transição de operações como a classificação e a descrição dos documentos para plataformas onde os metadados cumprem essas funções meta-informacionais. E o modelo que apresenta como produto final da sua exaustiva e meritória pesquisa orienta-se nessa direção. No entanto, o futuro dos Arquivos Públicos (ou seja, tradicionais) vai depender da sua ligação estreita, em contínuo, com as fontes alimentadoras ou geradoras de incorporações sucessivas. Se essas instituições não forem os repositórios da memória permanente dos produtores institucionais do Estado, eles ficarão com o que se incorporou e acumulou no passado e a sua relevância existencial fica por aí mesmo.

Não foi preciso esperar pelos arquivistas pós-modernos para se perceber que os documentos descrevem-se e classificam-se no momento em que são produzidos – esse tratamento original visa respeitar o “método histórico” defendido pela “escola italiana” (veja-se Elio Lodolini) – e que as entidades de custódia final da documentação devem respeitar não apenas a proveniência, mas o tratamento que lhes é dado pelos produtores. E esse tratamento acompanha a documentação para onde ela for e aí deverá ser possível acrescentar aos metadados originais, os que são relevantes nesse novo contexto de custódia, que é o do uso por um público diverso. Este ponto é crucial face à pesquisa de André Pacheco, desenvolvida no âmbito dos arquivos/serviços para plataformas digitais de descrição e de acesso público à informação, dita arquivística por se encontrar em instituições arquivísticas, porquanto na sua génese nenhuma informação é arquivística, mas tipologicamente condizente com o respetivo contexto orgânico e a função temática específica (administrativa, jurídica, técnica, contabilística, financeira, arquitetónica, clínica, etc.). Vale, por isso, a pena pularmos páginas do livro (mais precisamente o capítulo 4, *Identificação de requisitos*), prestarmos atenção ao modelo de metadados proposto e colocar o desafio simples: pode este modelo ser tido em conta pelos *softwares* de gestão corrente da Administração estatal? Desafio que faz todo o sentido uma vez que o Autor defende que a representação da informação seja respeitadora do contexto de produção e de uso e, mais ainda, contemple um requisito diplomático essencial: a autenticidade. Ora, não

é no destino de incorporação final que tais requisitos podem ser plenamente assegurados, eles têm de ser garantidos do início ao fim de todo o processo infocomunicacional. Como, também, é importante que os agentes iniciadores desse processo sejam dotados de uma perspectiva de longo prazo, isto é, aceitem e defendam que seus atos administrativos, por exemplo, não terminam no “arquivamento” (conclusão ou encerramento definitivo do ato), mas são um ativo memorial de uso pertinente e imprevisível.

No último capítulo (5. *Construção do Modelos de Requisitos*), o Autor propõe o modelo que resulta do seu labor de pesquisa e da análise de todos os modelos precedentes expressos na literatura revista. Um modelo de metadados para a autenticidade condensado na figura 17 (p. 270) e na tabela 16 “definições dos metadados do modelo” (p. 271). Há nesta proposta uma compilação de um conjunto detalhado de metadados considerados necessários pelos arquivistas para que no destino final os recursos, isto é, os documentos sejam representados com todos os elementos internos ou informacionais, físicos (papel e, sobretudo, transferência para o digital sob a forma de repositórios) e metainformacionais associados. Uma compilação seletiva que se constitui como um ponto de chegada no domínio da organização e representação da informação, entendida à luz da Ciência da Informação, ou seja, no âmbito de um paradigma pós-custodial, incocomunicacional e transdisciplinar.

Doravante a pesquisa que nos parece ser desafiante e indispensável é trazer esse modelo de metadados para a autenticidade dos Arquivos Públicos com “recursos digitais” para os contextos orgânicos de produção e de identificação definitiva com metainformação pensada em termos de autenticidade, de fidedignidade e de confiabilidade, bem como as práticas de uso em diversas circunstâncias e épocas. Trata-se de um exercício complicado que obrigará a considerar a supressão de certos elementos pois a informação deverá estar sempre disponível na íntegra com os metadados a ela anexados, evitando-se, assim, redundâncias descritivas.

Estas reflexões tecidas a propósito da leitura do livro seriam despropositadas ou até marginais à substância do trabalho em apreço, se o Autor não deixasse entender nas linhas e entrelinhas capacidade para ir além deste confinamento arquivístico. A prova disto mesmo está na Conclusão: “Outra pergunta indagava se seria possível construir um modelo teórico que identificasse os requisitos para avaliar a autenticidade e determinar a confiabilidade dos documentos de arquivo [?, interrogação nossa] que possa ser seguido e aplicado no contexto da *Web Semântica* e quais seriam os elementos de metadados que este modelo deva incluir” (p. 278). Boa abertura para um futuro já urgente hoje, com a ressalva de que o modelo a pesquisar e a propor tem de ser concebido por um perfil profissional híbrido: a estrutura teórica dos metadados tem de ser desenhada por quem a solo ou em equipa construirá a plataforma digital que a absorva. Impõe-se a mudança de paradigma e com ele o gestor da informação passa efetivamente a estar presente no ciclo de vida infocomunicacional: na gênese digital do processo, na sua identificação gerando metadados que interagem com as necessidades de uso desde o contexto de origem até eventuais repositórios de preservação permanente.